

12. OUTROS PROJETOS DE LEI EM EXAME

Diversos outros projetos de lei que têm alguma relação com o problema de saneamento encontram-se em exame no Congresso, valendo mencionar os seguintes:

1) Projeto de Lei nº 1.708-A, de 1991, do deputado Jackson Pereira, que dispõe sobre a proibição de lançamento de esgotos e lixo em cursos de águas naturais e artificiais; o texto final deste projeto havia sido elaborado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias em 8 de dezembro de 1993.

2) Projeto de Lei nº 4.285, de 1989, do deputado Paulo Ramos, que dispõe sobre a promoção da Política Nacional de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e cria o Sistema Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Este último define que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano abrange as políticas de habitação, saneamento, transportes urbanos e demais equipamentos urbanos e comunitários.

Para a execução dessa política propunha-se a criação da Agência Federal de Desenvolvimento Urbano, na forma de empresa pública vinculada ao então Ministério do Interior. A agência administraria, além dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aqueles provenientes do Fundo Nacional de Habitação Popular, do Fundo Nacional de Saneamento e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano,

que seriam criados pela lei.

O objetivo do projeto, de certa forma, seria a recriação do antigo Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, vinculado ao Ministério do Interior e ao extinto Banco Nacional da Habitação. Tendo em vista as profundas transformações observadas na administração pública federal, nos últimos anos, assim como as restrições orçamentárias que desaconselham a criação de novas receitas vinculadas, dificilmente se vislumbram perspectivas de aprovação do projeto.

3) Projeto de Lei nº 7.127-C, de 1986, que dispõe sobre águas subterrâneas, define critérios de outorga de direito de seu uso e dá outras providências. Esse projeto foi examinado no Congresso no período de 1991, e em maio de 1993 encontrava-se em fase de redação final.

Em função de seus objetivos esse projeto provavelmente teria sido absorvido pela proposta do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.